



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

FERNANDO VINÍCIUS DA SILVA FERREIRA

**FINANÇAS PESSOAIS: UM ESTUDO SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DA UFPB**

**JOÃO PESSOA
2020**

FERNANDO VINÍCIUS DA SILVA FERREIRA

**FINANÇAS PESSOAIS: UM ESTUDO SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DA UFPB**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Wenner Glaucio Lopes Lucena.

JOÃO PESSOA
2020

FERNANDO VINICIUS DA SILVA FERREIRA

**FINANÇAS PESSOAIS: UM ESTUDO SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DA UFPB**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do TCC em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA



Presidente: Prof. Dr. Wenner Glaucio Lopes Lucena
Instituição: UFPB

Membro: Prof. Dr. Christiano Coelho
Instituição: UFPB

Membro: Prof. Dr. Moisés Araújo Almeida
Instituição: UFPB

João Pessoa, 31 de Março de 2020.

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F383f Ferreira, Fernando Vinicius da Silva.
FINANÇAS PESSOAIS: UM ESTUDO SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA
DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA UFPB / Fernando Vinicius da
Silva Ferreira. - João Pessoa, 2020.
52 f.

Orientação: Wenner Glaucio Lopes Lucena.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Finanças. 2. Endividamento. 3. Educação Financeira.
I. Lucena, Wenner Glaucio Lopes. II. Título.

UFPB/BC

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, em especial aos meus pais, Roberto Ferreira de Sousa e Ana Maria da Silva Ferreira, pela sustentação que me proporcionam.

Sou muito feliz e totalmente grato pelo apoio que Rafaela Rangel me proporcionou durante a elaboração da pesquisa.

Agradeço ao meu orientador Wenner pela ajuda, como também aos demais professores da banca que ajudaram na elaboração da mesma.

Gostaria de agradecer a Joyce Milene, Paulo César, Ana Carla, Karina Patricia e Elidiane Queiroz por terem me dado suporte e apoio na produção deste trabalho.

Gostaria também de agradecer a todos os professores tanto do ensino superior, como os demais que ajudaram no meu crescimento enquanto cidadão e como profissional.

De coração, gostaria de agradecer a todas as pessoas envolvidas que me ajudaram a terminar esse trabalho, tanto direta, como indiretamente. Que Deus abençoe a todos.

“Só se pode alcançar um grande êxito quando nos mantemos fiéis a nós mesmos.”

Friedrich Nietzsche

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as características do endividamento dos servidores públicos da Universidade Federal da Paraíba. Para isso, o trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa descritiva não probabilística, com levantamento *survey*, sendo a abordagem de ordem quantitativa com o uso do Microsoft Excel e software *Statistical Package for the Social Sciences* – SPSS. A amostra se constituiu com 388 servidores da Universidade Federal da Paraíba. O questionário foi elaborado com 27 questões, divididas em 3 blocos. A primeira parte apresenta perguntas sobre o perfil da amostra. A segunda parte traz questões sobre endividamento e constituição das dívidas. A terceira parte traz questões sobre finanças pessoais. Quanto ao perfil socioeconômico, a maioria era formada pelo gênero masculino, casados, com vencimentos acima de R\$ 6.000,00 reais e ensino superior completo com pós-graduação. Quanto ao endividamento, 77,32% afirmam estar com as contas em dia. 22,68% afirmam estar com dívidas em atraso atribuindo a falta de planejamento financeiro como principal motivo. O cartão de crédito se configura como principal tipo de dívida dos servidores. 70,36% dos servidores não utilizaram a opção do parcelamento do cartão de crédito. Mais da metade dos servidores não apresenta ou detém dívidas a pagar em até 2 anos. Quanto a educação financeira, 85,83% afirmaram ter seu controle de gastos. 84% dos respondentes afirmaram ter um nível de educação financeiro médio ou alto, entretanto, 24,57% dos servidores afirmaram não pesquisar sobre o tema. A renda fixa é o investimento predominante entre os servidores, demonstrando um caráter conservador nos investimentos.

Palavras-chave: Finanças. Endividamento. Educação Financeira.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the debt characteristics of public servants at the Federal University of Paraiba. For this, the work was carried out by non-probabilistic descriptive research, using an assessment survey, with a quantitative approach using Microsoft Excel and software Statistical Package for the Social Sciences - SPSS. The sample was made with 388 servants from the Federal University of Paraiba. The questionnaire was designed with 27 questions, divided into 3 blocks. The first part with questions about the sample profile. The second part brings questions about indebtedness and constitution of debts. The third part brings questions about personal finances. As for the socioeconomic profile, the majority were male, married, with salaries above R\$ 6,000.00 reals and a complete higher education with graduate degrees. As for indebtedness, 77.32% affirm that their accounts are up to date. 22.68% claim to be in arrears, attributing the lack of financial planning as major reason. The credit card is configured as the main type of debt on servers. 70.36% of the employees haven't used credit card installments. Over half of the employees don't own or claim to have debts to pay within 2 years. As for financial education, 85.83% affirm they have control over spending. 84% of respondents said they had a medium or high level of financial education, however, 24.57% of employees said they did not research the topic. Fixed income is the predominant investment among servants, demonstrating a conservative character in investments.

Keywords: Finances. Indebtedness. Financial Education.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Estrutura do questionário.....	24
Tabela 2 –	Perfil socioeconômico dos participantes.....	25
Tabela 3 –	Gênero/Estado Civil.....	27
Tabela 4 –	Gênero /Escolaridade.....	28
Tabela 5 –	Gênero/Idade.....	28
Tabela 6 –	Dívidas.....	29
Tabela 7 –	Contas em atraso/Escolaridade.....	30
Tabela 8 –	Comparativo entre gênero/Principal tipo de dívida.....	31
Tabela 9 –	Uso do cartão de crédito.....	32
Tabela 10 –	Nível de endividamento.....	32
Tabela 11 –	Cheque especial.....	33
Tabela 12 –	Obrigação Longo prazo/RMB.....	34
Tabela 13 –	Salário como fator determinante nas suas despesas.....	35
Tabela 14 –	Educação financeira.....	35
Tabela 15 –	Controle de gastos.....	36
Tabela 16 –	Controle de gastos/Gênero.....	36
Tabela 17 –	Nível de educação financeira.....	37
Tabela 18 –	Nível de educação financeira/Controle de gastos.....	37
Tabela 19 –	Busca sobre educação financeira.....	38
Tabela 20 –	Frequência de leitura sobre educação financeira.....	38
Tabela 21 –	Frequência de leitura/Nível de educação financeira.....	39
Tabela 22 –	Finalidade em poupar.....	39
Tabela 23 –	Aplicação de recursos.....	40
Tabela 24 –	Nível de educação financeira/Aplicação dos recursos.....	40

LISTA DE ABREVIATURAS

BACEN	Banco Central do Brasil
CCHLA	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
CCJ	Centro de Ciências Jurídicas
CCSA	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CT	Centro de Tecnologia
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEC	Observatório de Endividamento dos Consumidores
PRA	Pró-Reitoria de Administração
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA.....	11
1.2	OBJETIVOS.....	11
1.2.1	Objetivos gerais.....	11
1.2.2	Objetivos específico.....	11
1.3	JUSTIFICATIVA.....	12
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
2.1	ENDIVIDAMENTO.....	14
2.2	EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	16
2.3	FINANÇAS PESSOAIS.....	18
2.4	ESTUDOS ANTERIORES.....;	19
3	METODOLOGIA.....	22
3.1	TIPOLOGIA DA PESQUISA.....	22
3.2	POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	22
3.3	PRÉ-TESTE.....	23
3.4	COLETA DE DADOS.....	24
4	RESULTADOS.....	25
4.1	PRIMEIRA PARTE – PERFIL DA AMOSTRA.....	25
4.2	SEGUNDA PARTE – ENDIVIDAMENTO.....	29
4.3	TERCEIRA PARTE – EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	35
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
	REFERÊNCIAS.....	44
	APÊNDICE	49

1 INTRODUÇÃO

As pessoas, com o passar do tempo, estão mais interessadas em buscar gerenciar suas finanças. Inúmeras causas podem ser atribuídas a esse caso, como por exemplo, maior renda disponível, uma variedade maior de instrumentos financeiros que são postos na sua frente para tomara de decisão e, talvez, a percepção da capacidade limitada do governo em garantir um futuro digno às pessoas por meio dos seus planos de seguridade social (PEREIRA *et al.*, 2010).

O cenário da economia brasileira sofreu, nas últimas duas décadas, instabilidade em que houve em um primeiro momento um aumento da renda e acesso ao mercado de crédito, terminando com o país em problemas de ordem econômica, atingindo a renda e o crédito das pessoas (VIEIRA *et al.*, 2016).

Pesquisas relacionadas à questão do endividamento se configura como tema valioso e necessário, sendo ele um importante objeto de pesquisa. Segundo dados referentes ao mês de novembro de 2019, da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), 24,7% das famílias brasileiras detêm dívidas em atraso, bem como 10,2% não terão condições de quitar suas obrigações assumidas.

O principal tipo de dívida obtido pela pesquisa se refere à utilização de cartão de crédito (CNC, 2019). Para o servidor público federal é mais confortável de obter crédito, por ele ter estabilidade, depois de três anos de efetivo exercício, conforme preceitua a Lei nº 8.112/90, que versa acerca do regime jurídico que rege a relação entre os servidores públicos da União. Com isso, são ofertados maiores valores de crédito com prazos maiores, por se tratar de um risco menor de calote.

Para ajudar no endividamento ou investimentos das pessoas, a educação financeira apresenta-se como um instrumento capaz de auxiliar nas decisões financeiras que impactarão no dia a dia das famílias (AMADEU, 2009). Conforme a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a educação financeira pode ser conceituada em um conjunto de etapas por meio das quais os consumidores ou investidores desenvolvem conhecimento sobre finanças, como conceitos e riscos, e, com o auxílio de terceiros conseguem tomar decisões mais conscientes, sempre visando a um melhor bem-estar do ponto de vista financeiro (OCDE, 2005).

1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

O endividamento acaba interferindo no bem-estar das pessoas. Elas passam a acreditar que não são competentes para administrar suas finanças e alcançar seus sonhos. Entretanto, os objetivos pessoais podem ser alcançados a partir de escolhas feitas, tendo o suporte do conhecimento acerca da educação financeira. Com isso, o sistema econômico-financeiro do país é consolidado (DOMINGOS, 2013; BACEN, 2017).

A educação financeira vem sendo objeto de estudo em diversos países do mundo em razão da sua importância (SAVÓIA; SAITO; SANTANA, 2007). Engana-se quem acha que a educação financeira se trata de mera e simples gestão dos próprios recursos, trata-se de algo maior que influencia na qualidade de vida das pessoas, podendo ser exercida em situações vistas como normais, tendo o exemplo de economizar ou aplicar os recursos (BRITO; BAPTISTA; SILVA, 2012).

A inexistência ou uma educação financeira insuficiente é um dos motivos que leva a um endividamento não saudável (SANTOS, 2014). Com isso, tem-se como ponto de partida que a educação financeira e o endividamento são assuntos que estão relacionados

Diante do contexto em que a saúde financeira é muito importante não só para as famílias, como para um contexto macroeconômico do país, temos a seguinte questão: **Quais fatores podem contribuir para a propensão do endividamento de servidores públicos da Universidade Federal da Paraíba?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivos gerais

- Analisar as características do endividamento dos servidores públicos da Universidade Federal da Paraíba.

1.2.2 Objetivos específicos

- Traçar o perfil socioeconômico dos servidores;

- Analisar o nível de endividamento dos servidores;
- Identificar a constituição dos gastos/dívidas dos servidores;
- Analisar o gerenciamento das finanças pessoais dos servidores públicos.

1.3 JUSTIFICATIVA

O presente estudo se justifica porque o endividamento e a educação financeira são termos que se relacionam. Identificar o nível de endividamento e a constituição dos seus gastos podem ajudar interessados a entender por qual motivo as pessoas se endividam de maneira desordenada.

Além disso, também o presente estudo pode ajudar a reduzir os impactos econômico-financeiro-sociais das pessoas. Ainda, pode ser uma alternativa para as pessoas poderem administrar melhor seus recursos, sempre buscando uma melhor satisfação pessoal.

A economia brasileira teve seu crescimento em grande parte devido ao estímulo ao consumo das famílias. Estas, muitas vezes, sem a educação financeira adequada. Com isso, o gasto cresce e a renda pode não acompanhar o mesmo crescimento (SOUZA, 2013).

A educação financeira é um assunto que tem ganhado destaque ao redor do mundo. A crise financeira mundial, que ocorreu em 2008, demonstrou o que acontece quando o endividamento insustentável e a ausência de educação financeira fazem com a economia nacional, podendo prejudicar, avançando além das fronteiras, impactando outros países pelo mundo. O Brasil é um país em que pesquisas sobre educação financeira se faz oportuno elaborar, devido às mudanças profundas em que estão havendo na economia e por que a população, em geral, apresenta baixos níveis sobre educação financeira (DONADIO, 2014).

Ao fazer a análise do endividamento não saudável as pessoas ou famílias podem se planejar e com isso gerir melhor seus recursos financeiros que servirão para alguma eventualidade ou uma aposentadoria digna, visto que, dada a situação em que o país se encontra, depender exclusivamente da aposentadoria concedida pelo Estado não parece ser um negócio vantajoso.

Assim, a justificativa para estudar o nível de endividamento dos servidores públicos e educação financeira é relevante, pois são uma parcela considerável da população do país que detém poder econômico, sabendo-se também da importância que o endividamento familiar representa no consumo e em toda a cadeia econômica.

O trabalho é composto por cinco partes. Em sua primeira parte, apresenta a introdução, que foi aqui apresentada, com o problema, objetivo e a importância desta pesquisa; a segunda parte apresentará o referencial teórico, que discorrerá a literatura acerca do tema; a terceira parte explicará como foi elaborada a pesquisa, a partir da metodologia; a quarta parte apresentará os resultados obtidos a partir da pesquisa realizada, e, por fim, na quinta parte, constam as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção do trabalho, foi apresentada uma revisão teórica a respeito de: endividamento, educação financeira, finanças pessoais, estudos anteriores acerca do tema.

2.1 ENDIVIDAMENTO

Conforme os anos passam, o hábito de consumo das pessoas se modifica em relação ao passado, sendo possível observar que as pessoas que sentem-se mais felizes ao adquirir bens, ou seja, possuir determinados pertences em virtude da sua condição financeira (SILVA, 2008).

O termo “endividamento” provém da ação de obter para si obrigações as quais são definidas como dívida (FERREIRA, 2006). Um dos motivos que podem aumentar o endividamento das pessoas é o crédito pessoal, impulsionando para que haja o consumo de bens e serviços por elas, fazendo com que a economia do país seja movimentada, fornecendo recursos que irão ajudá-las a adquirir objetos que podem estar além das suas condições financeiras (SILVA *et al.*, 2014).

O Observatório de Endividamento dos Consumidores (OEC) define o endividamento como saldo a ser pago pelo indivíduo, em que sua composição, normalmente associada ao crédito, pode ser constituída por mais de uma obrigação a ser paga, sendo denominada de multiendividamento (OEC, 2002).

A CNC (2019) diz que, por meio de pesquisa realizada em novembro de 2019, 24,7% afirmaram possuir dívidas em atraso. Em novembro de 2018, o indicador em análise se encontrava em 22,9%. Já em comparação com outubro de 2019, o indicador apresentou uma leve melhora, visto que o índice se encontrava em 24,9%.

Consoante pesquisa feita pela CNC (2019), em novembro de 2019, 14% dos entrevistados alegaram estar “muito endividados”, não sabendo se terão condições de quitar suas obrigações. As pessoas que se declararam “mais ou menos endividadas” representaram um valor de 22,9%. Enquanto isso, 27,8% se declararam “pouco endividados”.

A mesma pesquisa, que é feita periodicamente, afirma que o número de famílias endividadas que ganham até dez salários mínimos chegou ao percentual de 65,9% – novembro de 2019 –, ante 61,5% no mês de novembro de 2018. Já para quem ganha mais que dez salários mínimos, o número de famílias endividadas está em 61,6%. No mesmo mês de 2018, o percentual de famílias endividadas constava em 55,4% (CNC, 2019).

A CNC (2019) acrescenta em seu estudo que a maior parte do endividamento destas famílias, em novembro de 2019, é efetuada por meio de compra com o cartão de crédito, constituindo 78,8% do total das dívidas. Em segundo lugar, de acordo com a pesquisa, aparecem dívidas contraídas por meio de carnês, com 15,7%. Houve um aumento em comparação com novembro do ano passado, que era de 14,8%. Logo após, aparecem despesas de financiamento de carro, de casa e de crédito pessoal e consignado.

O país começou a sair de uma crise econômica. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, em 2018, cresceu 1,1%, atingindo a marca de R\$ 6,8 trilhões de reais. Entretanto, números apontam que a atividade econômica se encontra no nível verificado em 2012. Já em 2019, o PIB do país acumulou novamente um crescimento de 1,1% (IBGE, 2019).

Segundo dados colhidos pelo Serasa Experian (2019), dívidas com cartão de crédito e banco representam a maior fatia da constituição das dívidas familiares, seguidas por dívidas domésticas. Gastar de maneira errada, como não saber planejar seu consumo, conseqüentemente, seus gastos, implica em uma estagnação ou até em uma redução da capacidade financeira.

Com o aumento do crédito disponível às pessoas, a tendência é de que o consumo também aumente. Com isso, a probabilidade de ocorrer gastos além da sua capacidade financeira também aumenta, podendo ocasionar um superendividamento no orçamento (PORTO, 2011). O sobre-endividamento, assim como o superendividamento, merecem atenção. O primeiro está atrelado ao conceito de inadimplência, quando o indivíduo faz uma postergação do pagamento passando a não liquidar a obrigação (ZERRENNER, 2007).

Já em relação ao superendividamento, o autor diz que pode ser visto sobre dois prismas, maneira passiva que é aquela quando o indivíduo não age diretamente na constituição da dívida, em que não consegue mais pagar, como, por exemplo, uma eventual demissão e a maneira ativa se dá quando o indivíduo age de maneira direta na constituição da dívida, a qual ele não consegue liquidar com sua renda, como, por exemplo, gastos excessivos com cartão de crédito (ZERRENNER, 2007).

Em novembro de 2019, 10,2% afirmaram que não vão conseguir pagar suas dívidas, havendo um aumento em comparação com o mês anterior e com o mês de novembro de 2018 (CNC, 2019). As pessoas que acumulam dívidas podem ter uma sobrecarga emocional que atrapalhará seu bem-estar (PLAGNOL, 2011).

A incapacidade de pagar suas obrigações, em decorrência de vários aspectos, pode impactar a vida não só financeira, como também social das pessoas. Pode, então, provocar a eliminação dela do mercado de consumo e de um certo ambiente social, afetando sua dignidade humana, a mesma impossibilitada de ter a condição de obter determinados bens ou serviços para ser aceito em determinadas classes que a sociedade de consumo condiciona (TEIXEIRA; SONCIN, 2015).

2.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A educação financeira pode ser conceituada como:

Um processo de transmissão de conhecimento que permite o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos, para que eles possam tomar decisões fundamentadas e seguras, melhorando o gerenciamento de suas finanças pessoais (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007, p. 1122).

Com o passar dos anos, uma grande quantidade de produtos financeiros é oferecida às pessoas, que, por exemplo farão escolhas como realizarem empréstimos, utilizarem o cartão de crédito em aquisições ou, simplesmente, abrirem uma conta bancária (POTRICH *et al.*, 2014).

O termo Educação Financeira tem a finalidade da harmonia entre gastos e ganhos, por meio do conhecimento acumulado das finanças pessoais. O conhecimento sobre educação financeira constitui um elemento primordial no orçamento familiar ou pessoal (HALFELD, 2001).

A educação financeira se tornou um tema de grande relevância em vários países, implicando em um maior volume de pesquisas sobre o assunto. Ainda que a forma como o tema é conduzido gere discordância, é irrefutável a sua importância na sociedade (SAVÓIA; SATO; SANTANA, 2007).

Para que se possa tomar a melhor decisão, faz-se necessária não só uma comparação entre os produtos ofertados, como também saber calcular os valores que são postos ao seu dispor, e, com isso, escolher a opção que melhor se encaixa no seu perfil e capacidade financeira (AMADEU, 2009). O fato de proporcionar o ensino de bons costumes sobre gerenciamento de recursos financeiros para as pessoas, em especial, as com menor poder aquisitivo, faz com que haja um maior e melhor planejamento nas finanças pessoais, melhorando assim seu bem-estar (AMADEU, 2009).

Conforme afirma Frankenberg (1999, p. 31), o “planejamento financeiro significa estabelecer e seguir uma estratégia que permita bens e valores que formarão o patrimônio de uma pessoa ou família”.

Com a vontade de buscar informações de tema de finanças, pode-se elaborar um bom planejamento, que, conseqüentemente implica em bons hábitos de investimentos. Adquirindo uma base de conhecimento sobre o assunto, pode-se organizar, planejar, programar um orçamento financeiro, fazendo sacrifícios momentâneos, definindo prioridades e excluindo gastos supérfluos em um primeiro momento, para que a longo prazo possa alcançar os objetivos que foram inicialmente observados (BARBOSA, 2015).

Com um aumento da educação financeira, mais precisamente de finanças pessoais, conseqüentemente ocasionará uma melhoria na qualidade de vida em vários aspectos de quem a pratica. Ao adquirir o conhecimento sobre finanças e o exercer de maneira correta, isso irá contribuir para a diminuição das exigências das pessoas que o cerca, evitando, assim, conflitos de ordem social e econômica (ANDRADE; LUCENA, 2014).

É interessante notar que não é necessário ter uma grande renda para ter uma vida economicamente saudável, o que se torna importante deve ser como alocar os recursos disponíveis de maneira sustentável, podendo assim, conseguir alcançar desejos que em tese seriam impossíveis de se realizar em virtude de uma renda relativamente baixa (RASCHEN, 2016).

Hoje em dia, ter uma boa educação financeira quando o assunto é crédito se torna muito importante, visto que para a aquisição de bens e serviços, a não utilização de crédito tornou-se algo impensável. As empresas que fornecem a opção de ter o crédito tomaram um lugar de destaque na economia, conseguindo fazê-la crescer mais rapidamente pelo consumo das necessidades da sociedade (TEXEIRA; SONCIN, 2015).

Em seu estudo com alunos de Contabilidade e Engenharia, Andrade e Lucena (2014) verificaram que quanto menor o grau de educação financeira, maior a chance de se tomar decisões erradas sobre a gestão financeira, ao passo que os alunos que detêm maior educação financeira possuem maior capacidade de gerir suas finanças.

Lusardi e Tufano (2009) observaram que os juros cobrados com a utilização do cartão de crédito são 50% maior que a média para aqueles que detêm um menor nível de educação. Com isso, nota-se que educar-se financeiramente ou não reflete sobre a saúde financeira. Os autores também afirmam que as pessoas que não têm um alto conhecimento sobre finanças estavam mais inclinadas a se endividar.

Engana-se quem acredita que a Educação Financeira se trata um mero tema em que as pessoas aprendem sobre aspectos financeiros. Aquele que busca aprender sobre o assunto, transforma-se em um indivíduo crítico, que pode fazer uma análise criteriosa dos produtos ofertados, neutralizando propagandas tendenciosas que levam ao endividamento e consumo exacerbado (AMADEU, 2009).

Com isso, pode-se afirmar que, com o auxílio da Educação Financeira, os cidadãos tendem a diminuir os riscos que estão sujeitos ao fazer esta ou aquela opção financeira, tornando-se pessoas mais capacitadas e confiantes nas escolhas que são apresentadas em sua vida (ARAÚJO; SOUZA, 2012). Também é constatado que ao aumentar o estágio de educação financeira, isso privilegiará a economia do país, que estará mais solidificada e preparada para eventuais crises econômicas, inibindo os abusos cometidos por operadores do mercado financeiro (AMADEU, 2009).

2.3 FINANÇAS PESSOAIS

Como ocorre nas empresas, todos necessitam de um planejamento financeiro para ter controle dos seus ganhos e gastos e, conseqüentemente, ter equilíbrio. O planejamento financeiro de qualidade é diretamente relacionado à boa gestão das finanças (GRÄF C.; GRÄF M., 2013).

Com o mundo em constante atualização, sobre o tema de finanças, vários produtos são ofertados para os indivíduos, como empréstimos, cartões de crédito, cheques. Eles, com isso, devem ser educados, porque estarão diante de situações em que deverão decidir, gerando impacto em suas finanças, seja positivo ou não. (BARBOSA, 2015).

A causa para ter uma boa saúde financeira se constitui a partir de uma renda disponível. Com isso, deve-se definir quais são as necessidades essenciais, eliminando, assim, os gastos desnecessários. Ao fazer isso, poderá resultar em reservas financeiras que um dia irão gerar rentabilidade com investimentos (GRÄF C.; GRÄF M., 2013).

O tema finança pessoal é mais amplo, não sendo apenas considerado por si só aplicar e administrar o dinheiro. As finanças pessoais são como um quebra-cabeça, em que se englobam vários assuntos de ordem econômica. As pessoas que desejam ser consideradas alfabetizadas financeiramente, devem buscar conhecimento, como, por exemplo, em leis, direitos, normas e executá-las usando a matemática para tomar a melhor decisão (ALBUQUERQUE; PAULI, 2017).

Halles, Sokolowski e Hilgember (2008) argumentam que o orçamento doméstico constitui um tipo de planejamento financeiro, tratando-se de um meio para que estratégias financeiras sejam postas em exercício. Conforme explicam os autores, trataria de uma planilha, em que seriam colocados todos os gastos, mesmo que irrisórios.

Principalmente em épocas que a situação econômica do país não se desenvolve, o orçamento financeiro pessoal se torna peça importante na vida financeira das pessoas, porque sem esse controle ao alcance, acabam por consumir além do necessário ou de forma errônea (CARRARO; MEROLA, 2018).

Ferreira (2006) afirma que o planejamento, por meio de uma planilha, não se caracteriza por ser apenas de curto prazo ou de um mero controle de gastos, mas sim de um planejamento para toda a vida, tratando-se de um processo mais detalhado, em que será organizado, planejado e controlado todos os gastos e despesas.

Portanto, observa-se que o tema finanças pessoais se trata de um assunto interessante e amplo. Cabe observar que apenas o conhecimento sobre finanças não gera garantia de uma vida financeiramente saudável. Além da busca pelo conhecimento, deve sempre buscar aplicá-lo da melhor maneira possível.

2.4 ESTUDOS ANTERIORES

A educação financeira, bem como o planejamento e o endividamento foram objeto de alguns estudos ao longo do tempo. As pesquisas objetivaram demonstrar o conhecimento das pessoas sobre finanças, assim como pesquisar sobre o seu endividamento.

Halles, Sokolowski e Hilgember (2008), em seu estudo com servidores públicos do Corpo de Bombeiros e da Polícia Civil de Ponta Grossa, verificou que 58,04% dos entrevistados recorriam a um empréstimo bancário para situações emergenciais. Isto devido a dificuldade de acumular reservas financeiras, por causa do controle de gastos precários e baixos salários. Foi identificado que aproximadamente 66% dos servidores fazem o acompanhamento dos seus gastos com anotações e registros a fim de haver um controle financeiro. Os autores salientam que apesar de uma boa parte dos servidores acompanharem seus gastos, eles têm dificuldade de formar reservas, ou seja, poupança.

No estudo de Cavalcante, Melo e Almeida (2014) feito com servidores do município de Quixadá, no Ceará, foi constatado que grande parte dos servidores não possui poupança para situações emergenciais. Foi notado que uma pequena parte dos servidores não faz controle dos

gastos. O autor também reafirma que apenas o conhecimento sobre educação financeira salvará os servidores do endividamento não saudável.

Já Claudino *et al.*, (2009), em seu estudo com servidores técnicos-administrativos de uma instituição de ensino pública, verificaram que, quanto maior o nível de educação, menor tende a ser o nível de endividamento, se comparado às pessoas que possuem um menor nível de escolaridade. No seu estudo, também foi observado um nível de educação financeira dos servidores não satisfatório e também foi identificado um nível baixo de endividamento. Cabe ressaltar que isso não necessariamente significa que essa relação livrará os servidores de contrair dívidas que não consigam cumprir (CLAUDINO *et al.*, 2009).

Na pesquisa de Silva *et al.*, (2016), com servidores do Tribunal de Justiça da Paraíba, que teve por objeto a educação financeira, o risco, investimento e consumo, foi constatado que os servidores possuem um baixo nível no tocante à educação financeira, tendo dificuldade em gerir seus recursos. O autor salienta que é necessário algum programa de educação financeira na instituição.

Também foram desenvolvidos estudos sobre motivos os quais ensejam um descontrole por parte do indivíduo. Olivato e Souza (2007), por exemplo, fizeram um estudo que havia por fim identificar fatores que se relacionam com o endividamento, sendo a falta de planejamento um dos motivos que interferem diretamente na constituição do endividamento.

Os autores afirmam que as famílias detêm uma visão muito superficial do que o planejamento familiar é capaz de proporcionar, acreditando de que se trataria apenas de uma planilha que se colocariam gastos e despesas, quando na realidade trata-se de uma forma de construir um estilo de vida e educação financeira, em que o indivíduo irá determinar valor ao dinheiro e estabelecer metas de médio e longo prazo (OLIVATO; SOUSA, 2007).

Flores (2012) identificou, em seu estudo com servidores da Universidade Federal de Santa Maria, que as pessoas ou famílias que detêm pouca renda disponível para cobrir suas despesas são os indivíduos mais propensos a se endividar. No estudo de Zerrenner (2007), com a população de baixa renda da cidade de Santo André, foi constatado que 43,1% alegaram a falta de planejamento como motivo de maior relevância no endividamento, logo seguido pelo consumismo que correspondeu a 35,1%.

Silva, Teixeira e Beiruth (2016) realizaram uma pesquisa sobre finanças pessoais e educação financeira, tendo como amostra os servidores públicos do município de Tangará da Serra, do Mato Grosso. Segundo esta pesquisa, os servidores apresentaram, em geral, um

razoável nível de educação financeira, possuindo embasamento sobre juros e exercendo a ação de planejar os seus gastos.

3 METODOLOGIA

A seguir, apresenta-se como se deu a tipologia da pesquisa, como é constituída a população e amostra, bem como a utilização de pré-teste e como foi realizada a coleta de dados para atender à pesquisa.

3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA

O presente estudo foi realizado como uma pesquisa descritiva, que tem como conceito “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento entre variáveis” (GIL, 2008, p. 28). O autor ainda afirma que este tipo de pesquisa pode não só determinar uma relação a partir da comparação entre as variáveis, como também pode afirmar a natureza da relação.

Gil (2008) também afirma que o método mais usado como pesquisa descritiva é o *survey*, sendo possível sua replicação em diversas áreas. Eles acrescentam que o questionário é um dos quatro tipos de *survey* mais utilizados. Gil (2008, p. 55) afirma que a pesquisa *survey* “se caracteriza pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer”.

O procedimento da pesquisa foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica e documental, tanto com a consulta de artigos, monografias e dissertações, bem como a consulta de reportagens de jornais em sites da *internet*. Gil (2008) apresenta que as duas formas de delineamento são muito parecidas, demonstrando poucas diferenças. No que concerne à abordagem, a pesquisa é classificada em qualitativa e quantitativa, pois fez uso do expediente de coletar dados e assim analisá-los (BEUREN, 2006).

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população pesquisada é constituída por servidores, técnicos-administrativos e professores, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sendo eles servidores efetivos da União. O modo de coleta das respostas foi feito por meio de questionário com perguntas fechadas de modo presencial e com o uso da ferramenta *Google Forms*. O critério que foi utilizado para haver uma delimitação da amostra foi por meio da conveniência e acessibilidade. Para a tabulação, foi utilizado o Microsoft Excel em um primeiro momento e depois o *software*

Statistical Package for the Social Sciences – SPSS – a fim de obter os dados para análise, utilizando a tabela de referência cruzada.

A pesquisa foi realizada em duas etapas: uma com pesquisa bibliográfica com a finalidade de construir uma base fundamentada sobre endividamento, educação financeira, finanças pessoais e pesquisa sobre estudos anteriores. A segunda parte se desenvolveu com a aplicação de perguntas, inspiradas e com as devidas adaptações, proveniente dos estudos de Flores, Vieira e Coronel (2012), Sales (2018) e Santos (2018).

O questionário foi dividido em 3 partes: a primeira determina o perfil socioeconômico e demográfico da amostra, cujas perguntas buscam definir o perfil das pessoas que responderam ao questionário. Em um segundo momento, foram feitas perguntas sobre a questão do nível de endividamento, com o intuito de saber a constituição das suas obrigações, prazo, contas em atraso; e, por fim, as perguntas visavam a averiguar entre os respondentes sobre o tema educação financeira, com questões acerca do assunto, como a busca por informações e controle de finanças.

3.3 PRÉ-TESTE

Antes do questionário ser aplicado de maneira geral, ele foi submetido a um pré-teste, aplicado entre os servidores da Universidade. O questionário foi aplicado em três professores efetivos do Departamento de Finanças e Contabilidade da Universidade Federal da Paraíba e em três servidores técnicos-administrativos da Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, todos com ensino superior completo.

Na questão doze, cujo objetivo era saber sobre a utilização dos gastos com cartão de crédito, foi adicionada a opção “não possuo cartão de crédito”. Na questão vinte e seis, que mencionava saber qual a finalidade de poupar recursos, foi adicionada a opção “não consigo poupar”. Na questão vinte e sete, que visava a saber para qual instrumento financeiro são aplicados os recursos que são poupados, foi adicionada a opção “não consigo poupar”. Com isso, foram feitas as devidas correções para deixar o enunciado claro, contribuindo, assim, para o seu desenvolvimento.

3.4 COLETA DE DADOS

O questionário que foi utilizado como instrumento da coleta de dados é composto por vinte e sete questões, sendo dividida em três blocos de análise, conforme a Tabela 1 abaixo:

Tabela 1 – Estrutura do questionário

TEMA	QUESTÕES	ASSUNTOS ABORDADOS
Informações socioeconômicas	1 até 8 (8 questões)	Gênero, escolaridade, idade, renda, estado civil, raça, residentes em casa
Endividamento	9 até 19 (11 questões)	Constituição de dívida, cartão de crédito, obrigações de longo prazo.
Educação financeira	20 até 27 (8 questões)	Educação financeira, controle de gastos, meios pelo qual busca aprender, aplicações de recursos

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

A primeira parte do questionário, que trata das informações socioeconômicas, tem como finalidade saber as características dos entrevistados, como idade, gênero, estado civil, renda, escolaridade, raça, número de dependentes. O segundo bloco de questões tem como objetivo apurar sobre o endividamento dos respondentes, bem como o motivo pelo qual este foi constituído e como são compostos seus gastos. A terceira parte teve o intuito de saber se as pessoas que responderam o questionário pesquisam sobre educação financeira e finanças pessoais, tendo, por exemplo, perguntas para identificar a frequência com que procuram aprender sobre o tema e questões relacionadas a economia de recursos.

4 RESULTADOS

Os resultados da pesquisa foram segregados em três partes. A primeira apresentou o perfil da amostra. A segunda parte teve por fim apresentar sobre o endividamento dos servidores. Por fim, a terceira parte trata da educação financeira dos servidores.

4.1 PRIMEIRA PARTE – PERFIL DA AMOSTRA

As questões que constituíram a primeira parte do questionário tiveram como finalidade determinar as variáveis dos respondentes, como: idade; gênero; estado civil; grau de escolaridade; renda e a quantidade de pessoas que residem no mesmo domicílio e número de filhos. Participaram do questionário 388 servidores, sendo 75 servidores do CCSA, 101 servidores do CT, 100 servidores do CCHLA, 57 servidores do CE, 31 servidores do CCTA, 12 servidores do CCJ, e, por fim, 12 servidores da Reitoria.

Tabela 2 – Perfil socioeconômico dos participantes

(continua)

GÊNERO	QTD	%
Masculino	165	42,53%
Feminino	223	57,47%
Total	388	100%
IDADE	QTD	%
Entre 18 a 23 anos	2	0,52%
Entre 24 e 29 anos	24	6,19%
Entre 30 e 35 anos	64	16,49%
Entre 36 e 42 anos	79	20,36%
Entre 43 e 47 anos	58	14,95%
Entre 48 e 53 anos	43	11,08%
Entre 54 e 59 anos	45	11,60%
Entre 60 e 65 anos	48	12,37%
Mais de 65 anos	25	6,44%
Total	388	100%
ESTADO CIVIL	QTD	%
Solteiro (a)	109	28,09%
Casado (a)	218	56,17%
Divorciado (a)	42	10,82%
Viúvo (a)	6	1,55%
Outro (a)	13	3,35%
Total	388	100%
RAÇA	QTD	%
Branco	186	47,94%
Pardo	150	38,66%
Preto	29	7,47%
Amarelo ou Oriental	6	1,55%
Indígena	3	0,77%
Outro	14	3,61%
Total	388	100%

Tabela 2 – Perfil socioeconômico dos participantes

(conclusão)

ESCOLARIDADE	QTD	%
Ensino Médio Completo	17	4,38%
Ensino Superior Completo	63	16,24%
Ensino Superior com Pós-graduação Stricto Sensu	235	60,57%
Ensino Superior com Pós-graduação Latu Sensu	73	18,81%
Total	388	100%
RENDA MENSAL	QTD	%
Entre 1 e 3 salários-mínimos	13	4,90%
Acima 3 até 6 salários-mínimos	120	30,93%
Acima 6 até 10 salários-mínimos	134	34,54%
Acima de 10 salários-mínimos	115	29,64%
Total	388	100%
FILHOS	QTD	%
Nenhum filho	156	40,21%
1 filho	85	21,91%
2 filhos	94	24,23%
3 filhos	39	10,05%
4 filhos	9	2,32%
5 filhos	2	0,52%
Não responderam	3	0,77%
Total	388	100%
RESIDENTES NA MORADIA	QTD	%
Moro sozinho	45	11,60%
Moro com 1 pessoa	89	22,94%
Moro com 2 pessoas	89	22,94%
Moro com 3 pessoas	85	21,91%
Moro com 4 pessoas	57	14,69%
Moro com 5 pessoas	14	3,61%
Moro com mais de 5 pessoas	8	2,06%
Não responderam	1	0,26%
Total	388	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Legenda: QTD – Quantidade

Conforme a Tabela 2, foi constatado que, do total de 388 questionários, 57,47% dos respondentes correspondem ao gênero feminino, ao passo que 42,53% afirmaram ser do gênero masculino. Quanto à idade, percebe-se que a maioria, 56,44%, dos servidores apresenta idade superior a quarenta e dois anos, configurando um público experiente, maduro; podendo ser um indicativo de cautela em suas decisões financeiras (SILVA *et al.*, 2016).

No que se refere ao estado civil, a maioria dos respondentes, representando 56,17%, afirmou estar casada. Logo em seguida, com 28,09%, estão os servidores que alegaram estarem solteiros.

No que tange à raça dos entrevistados, os seguintes dados foram obtidos, conforme Tabela 2: 47,94% afirmaram ser pessoas brancas e 38,66% dos respondentes afirmaram ser pardos. As pessoas que se declararam pretas representam 7,47% da pesquisa. Ainda referente a esta pergunta, 1,55% dos entrevistados afirmaram ser amarelas ou orientais.

Quanto à escolaridade, foi observado que 95,62% detêm nível superior completo. Uma porcentagem parecida foi encontrada no tocante à renda, em que 95,10% dos respondentes afirmaram possuir renda bruta acima de três salários-mínimos. A escolaridade é um fator impactante sobre a ação de gerir as finanças, bem como a questão de administrar o endividamento (CLAUDINO *et al.*, 2009). Com isso, o fato de mais de 95% da amostra possuir ensino superior completo, mostra um maior grau de instrução.

Ainda em relação ao poder de renda. Pode-se observar que 64,18% dos respondentes afirmaram possuir uma renda acima de seis salários-mínimos. Observa-se que se trata de uma renda satisfatória, pois 40,21% afirmaram não possuir filhos. Assim, a sua renda seria despendida com apenas seus gastos ou de/com seu eventual cônjuge. Entretanto, ser bem ou razoavelmente remunerado não implica diretamente em ter uma vida sustentável financeiramente (CAVALCANTE *et al.*, 2014).

Há uma relação entre as variáveis de renda e quantidade de dependentes. Conforme postula Claudino *et al.*, (2009), quanto maior for o número de dependentes, maior será a fatia da renda que será usada para gastos com os mesmos. 40,21% dos servidores afirmaram não possuir nenhum filho e outros 21,91% afirmaram possuir apenas um filho, apresentando um bom controle de gastos em relação aos dependentes.

Quanto ao número de residentes, 11,60% afirmaram morar sozinhos, ao passo que 22,94% dos respondentes afirmaram morar com mais outra pessoa. Mesmo quantitativo foi encontrado em respondentes que afirmaram morar com mais duas pessoas (22,94%). Essas três opções totalizaram mais da metade da amostra ao representar 57,47% dos pesquisados.

Na Tabela 3 estão cruzadas as variáveis de gênero e estado civil para um melhor detalhamento do perfil da amostra, com base nos seguintes resultados obtidos:

Tabela 3 – Gênero x Estado Civil

VARIÁVEIS	GÊNERO			
	Masculino		Feminino	
ESTADO CIVIL	QTD	%	QTD	%
Solteiro (a)	48	28,92%	63	28,38%
Casado (a)	105	63,25%	112	50,45%
Divorciado (a)	6	3,61%	36	16,22%
Viúvo (a)	2	1,20%	3	1,35%
Outros	5	3,01%	8	3,60%
Total	166	100,00%	222	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

É perceptível que, em ambos os gêneros, os casados são a maioria do perfil da amostra, dentre os quais, 63,25% dos servidores são do gênero masculino e 50,45% do gênero feminino. Em ambos os gêneros, o segundo lugar é ocupado pelos servidores solteiros, apresentando pouca variação em relação ao gênero.

A Tabela 4, em que foi feita a análise de dados a partir do cruzamento entre o gênero dos respondentes e o nível de escolaridade:

Tabela 4 - Gênero x Escolaridade

VARIÁVEIS	GÊNERO			
	Masculino		Feminino	
ESCOLARIDADE	QTD	%	QTD	%
Ensino Fundamental	1	0,60%	0	0,00%
Ensino Médio	10	6,02%	8	3,60%
Ensino Superior	37	22,29%	27	12,16%
Pós-graduação ou especialização <i>Strictu Sensu</i> (mestrado/doutorado)	91	54,82%	143	64,41%
Pós-graduação ou especialização <i>Latu Sensu</i>	27	16,27%	44	19,82%
Total	166	100,00%	222	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

A maioria dos respondentes, tanto do gênero masculino, quanto do gênero feminino, é constituída por servidores com ensino superior e com pós-graduação *stricto sensu*, representando 54,82% e 64,41%, respectivamente.

A Tabela 5, foi feito um cruzamento entre as variáveis gênero e idade e descobriu-se os seguintes dados.

Tabela 5 - Gênero x Idade

VARIÁVEIS	GÊNERO			
	Masculino		Feminino	
IDADE	QTD	%	QTD	%
Entre 18 e 23 anos	2	1,20%	0	0,00%
Entre 24 e 29 anos	13	7,83%	12	5,41%
Entre 30 e 35 anos	26	15,66%	37	16,67%
Entre 36 e 41 anos	35	21,08%	44	19,82%
Entre 42 e 47 anos	27	16,27%	31	13,96%
Entre 48 e 53 anos	20	12,05%	23	10,36%
Entre 54 e 59 anos	14	8,43%	31	13,96%
Entre 60 e 65 anos	18	10,84%	30	13,51%
Mais de 65 anos	11	6,63%	14	6,31%
Total	166	100,00%	222	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Conforme a Tabela 5, dos respondentes que afirmaram ser do gênero masculino, a maioria, ou seja, 54,22% afirmam ter idade superior a quarenta e dois anos. Em relação aos respondentes que afirmaram ser do gênero feminino, a frequência sobe para 58,10%.

4.2 SEGUNDA PARTE – ENDIVIDAMENTO

As questões da segunda parte do questionário têm como finalidade descobrir como se encontra a saúde financeira dos servidores públicos ao fazer perguntas sobre seus gastos e constituição de suas obrigações. Conforme a Tabela 6, o objetivo era descobrir se os servidores possuíam dívidas em atraso, bem como, saber qual o principal motivo da ocorrência do atraso e qual o entrevistado considera sua principal dívida.

Tabela 6 – Dívidas

Possui dívidas em atraso?	QTD	%
Sim	88	22,68%
Não	300	77,32%
Total	388	100%
Principal motivo do atraso	QTD	%
Falta de planejamento	47	53,41%
Queda de renda	9	10,23%
Atraso do salário	1	1,14%
Alta propensão ao consumo	4	4,55%
Altas taxas de juros	6	6,82%
Acesso fácil ao crédito	3	3,41%
Problemas de saúde	4	4,55%
Outros	14	15,91%
Total	88	100%
Principal tipo de dívida	QTD	%
Cartão de Crédito	98	34,39%
Cheque especial	9	3,16%
Empréstimo pessoal	13	4,56%
Empréstimo Consignado	63	22,11%
Financiamento de bem móvel	22	7,72%
Financiamento de bem imóvel	65	22,81%
Outras dívidas	15	5,26%
Total	285	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Com relação a este bloco de perguntas, a maioria dos respondentes, 77,32%, estão com as contas a pagar em dia, ao passo que 22,68% afirmaram possuir dívidas em atraso, sendo atribuído a este fator, principalmente, a falta de planejamento, representando 53,41% dos respondentes. A falta de planejamento vai de encontro ao endividamento, sendo um dos motivos que contribui para sua concretização (OLIVATO; SOUZA, 2007).

Em relação ao principal tipo de dívida, 34,39% dos respondentes afirmaram ser o cartão de crédito, o elemento que mais pesa em seus gastos, seguido pelo empréstimo consignado (22,11%). Estes resultados concordam com o que foi obtido pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, em novembro de 2019, ao demonstrar que 24,7% das pessoas afirmaram possuir dívidas ou contas em atraso e que o principal tipo de dívida se constitui da fatura do cartão de crédito (CNC, 2019). O empréstimo consignado e o investimento na aquisição de bem imóvel estão logo atrás como principal tipo de dívida, com 22,11% e 22,81%, respectivamente.

Conforme a Tabela 7 abaixo, foi feito um cruzamento entre as variáveis de escolaridade e dívidas em atraso e foram obtidos os seguintes resultados:

Tabela 7 – Contas em atraso x Escolaridade

VARIÁVEIS		ESCOLARIDADE			
		Ensino Médio		Ensino Superior	
		QTD	%	QTD	%
CONTAS EM ATRASO	Não	10	58,82%	290	78,17%
	Sim	7	41,18%	81	21,83%
	Total	17	100,00%	371	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Como é observado, quanto maior o nível de escolaridade, menor a incidência de contas em atraso por parte dos respondentes. Nota-se que a escolaridade é um fator de influência na gestão dos recursos e do endividamento, visto que maior grau de conhecimento. (CLAUDINO et al., 2009).

Também foi feita uma análise entre as variáveis de gênero e principal tipo da dívida conforme a Tabela 8.

Tabela 8– Comparativo entre gênero x principal tipo de dívida

VARIÁVEIS	GÊNERO			
	Feminino		Masculino	
	QTD	%	QTD	%
Cartão de crédito	60	36,59%	38	31,40%
Cheque especial	6	3,66%	3	2,48%
Empréstimo compulsório	7	4,27%	6	4,96%
Crédito consignado	33	20,12%	30	24,79%
Financ de bem móvel	12	7,32%	10	8,26%
Financ. De bem imóvel	36	21,95%	29	23,97%
Outras dívidas	10	6,10%	5	4,13%
Total	164	100,00%	121	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Vê-se que tanto para o gênero masculino, quanto o gênero feminino, o uso do cartão de crédito se demonstra como principal tipo de dívida, sendo 36,59% e 31,40%, respectivamente. Logo após, aparecem o crédito consignado e o financiamento de bem imóvel como dívidas principais por parte dos respondentes. Devido à ausência de dificuldades, hoje, o cartão de crédito é considerado um dos principais instrumentos financeiros utilizados pelas pessoas (VIEIRA *et al.*, 2014).

Com relação ao uso do cartão de crédito, foi elaborada a Tabela 9 que traz alguns questionamentos sobre a sua utilização por parte dos respondentes e, foram obtidos os seguintes resultados:

Tabela 9 – Uso do cartão de crédito		(continua)	
Porcentagem do uso do cartão nos seus gastos	QTD	%	
Não possuo cartão de crédito	20	5,17%	
Menos de 5%	30	7,75%	
De 5 a 20%	104	26,87%	
De 21 a 40%	90	23,26%	
De 41 a 60%	87	22,48%	
De 61 a 80%	38	9,82%	
Mais de 80%	18	4,65%	
Total	387	100%	
Você já utilizou a forma de parcelamento da fatura do seu cartão de crédito?	QTD	%	
Sim	115	29,64%	
Não	273	70,36%	
Total	388	100%	
Ao fazer uma compra parcelada, você conta com o dinheiro que ainda não possui?	QTD	%	
Sim	266	68,91%	
Não	120	31,09%	
Total	386	100%	

Você considera o cartão de crédito uma renda extra?	QTD	%
Sim	350	90,67%
Não	36	9,33%
Total	386	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Outro ponto da análise teve como foco saber a porcentagem do uso do cartão de crédito nos gastos. Notou-se que quase metade da amostra, 45,74%, utiliza o cartão de crédito para entre 21 e 60% dos seus gastos. Alguns dos motivos que podem ser atribuídos ao uso recorrente do cartão se deve a sua comodidade e maleabilidade na hora do pagamento (BERTAUT; HALIASSOS, 2005).

Foi perguntado se eles consideram o cartão de crédito uma renda extra, tendo 9,33% afirmado que não o consideram uma forma complementar de sua renda. Ainda a respeito do uso do cartão de crédito dos servidores, 70,46% afirmaram não ter utilizado a opção de parcelar a fatura do cartão do crédito. Pode-se afirmar que, segundo Vieira *et al.*, (2015), à luz de Lee e Kwon (2002), os respondentes, em sua maioria, podem ser classificados entre as pessoas que usam os cartões de crédito no grupo de usuários de conveniência, os quais conseguem pagar sua fatura de maneira integral.

Aos respondentes, também foi perguntado se ao fazer uma compra parcelada, eles contam com recursos que ainda não possuem. 68,91% afirmaram que parcelam compras sem ainda ter o dinheiro disponível. Percebe-se que o cartão de crédito se configura em um meio de efetuar pagamentos muito prático e seguro, bem como apropriado. Não obstante, seu uso exagerado pode levar algumas pessoas ao desequilíbrio financeiro, devido ao fato de não se visualizar a saída de recursos de forma imediata (VIEIRA *et al.*, 2014).

Nível de endividamento	QTD	%
Muito endividado	31	8,00%
Mais ou menos endividado	146	37,6%
Pouco endividado	104	26,8%
Não tenho dívidas	99	25,5%
Não sei responder	8	2,1%
Total	388	100%

Obrigação a longo prazo	QTD	%
Não tenho dívidas de longo prazo	91	23,5%
Até 6 meses	41	10,6%
Entre 7 e 12 meses	38	9,8%
Entre 13 e 24 meses	36	9,3%
Entre 25 e 48 meses	43	11,1%
Mais de 48 meses	139	35,8%
Total	388	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Conforme pode ser verificado na Tabela 10, foram feitas mais perguntas sobre o endividamento dos respondentes. A respeito de como se consideram quanto ao nível de endividamento, notou-se que 37,7% se consideram estar mais ou menos endividados. 26,8% se consideram estar pouco endividados.

O resultado obtido mostrou-se satisfatório, visto que os servidores pouco endividados possuem um nível financeiro capaz de administrar sua dívida, bem como servidores mais ou menos endividados, tendo um pouco mais de atenção no equilíbrio entre ganhos e gastos. Apenas 8% declararam estar muito endividados. Apesar de ser uma pequena parte, não deixa de ser irrelevante, porque essa situação pode acabar desencadeando em uma insolvência financeira (CLAUDINO *et al.*, 2009). Quanto às obrigações de longo prazo, 53,2% dos respondentes afirmaram não possuir ou possuir obrigações a pagar de até dois anos.

Na Tabela 11, os servidores responderam com qual frequência utilizam o cheque especial e apresentou o seguinte resultado.

Usa cheque especial com qual frequência?	QTD	%
Semanalmente	4	1,03%
Mensalmente	40	10,31%
Trimestralmente	8	2,06%
Semestralmente	22	2,84%
Raramente	93	23,97%
Nunca	232	59,79%
Total	388	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

No que se refere ao uso do cheque especial, a utilização deste é bastante rara ou não é utilizado. 23,97% afirmam utilizá-lo raramente e 59,79% dos servidores afirmam não usar essa modalidade de crédito. Embora o cheque especial possa ser uma das opções acessíveis ao

servidor para a obtenção de recursos, eles optam por não o utilizar. Um dos motivos pode ser as altas taxas de juros que são cobradas dos que se utilizam dos benefícios (OLIVEIRA, 2011).

Foi feito um comparativo entre a renda mensal e as obrigações de longo prazo e verificou-se o seguinte:

Tabela 12 - Obrigação Longo prazo x RMB

VARIÁVEIS	RENDA MENSAL BRUTA							
	Entre 1 e 3 S.M.		Acima de 3 até 6 S.M.		Acima de 6 até 10 S.M.		Acima de 10 S.M.	
	QTD	%	QTD	%	QTD	%	QTD	%
Não tenho dívida	4	21,05%	31	25,83%	24	17,91%	32	27,83%
Até 6 meses	5	26,32%	8	6,67%	22	16,42%	6	5,22%
Entre 6 e 12 meses	1	5,26%	9	7,50%	13	9,70%	15	13,04%
Entre 13 e 24 meses	3	15,79%	14	11,67%	12	8,96%	7	6,09%
Entre 25 e 48 meses	1	5,26%	12	10,00%	17	12,69%	13	11,30%
Mais de 48 meses	5	26,32%	46	38,33%	46	34,33%	42	36,52%
total	19	100,00%	120	100,00%	134	100,00%	115	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Legenda: QTD - Quantidade / RMB-Renda Mensal Bruta / S.M. - Salário-mínimo

Como se verifica na Tabela 9, com uma renda entre um e três salários-mínimos, 52,63% afirmaram não ter ou ter obrigações a serem pagas, no máximo, em dois anos. Na faixa dos servidores que ganham acima de três salários até seis salários-mínimos, 40% afirmaram que possuem obrigações que findam em vinte e quatro meses. Com relação aos respondentes que ganham acima de seis salários até dez salários-mínimos, o percentual equivale a 44,03%. Por fim, 46,09% dos servidores que afirmam ganhar mais de dez salários-mínimos declararam possuir dívidas parceladas em até dois anos.

As obrigações apresentaram poucas variações em relação à renda mensal bruta. Independentemente de as obrigações serem parceladas com maior ou menor número de vezes no tempo, gerando uma folga no orçamento, surge uma preocupação de se fazer uma gestão financeira de qualidade com o fim de quitar todos os débitos (CLAUDINO *et al.*, 2009).

Percebe-se uma frequência razoável de servidores que possuem obrigações de longo prazo a serem pagas com mais de quatro anos, sendo a frequência maior para os que recebem uma remuneração melhor. Nota-se uma predisposição à liberação do crédito, que, atrelado a

uma gestão financeira ineficiente, pode desencadear em uma situação desconfortável do ponto de vista do orçamento pessoal (CAVALCANTE *et al.*, 2014).

4.3 TERCEIRA PARTE – EDUCAÇÃO FINANCEIRA

As questões da terceira parte do questionário objetivaram descobrir se os servidores detêm conhecimento sobre educação financeira e qual seria o nível deste, se buscam conhecimento, de igual modo, saber como destinam seus recursos.

Tabela 13 – Salário como fator determinante nas despesas

Salário fator determinante?	QTD	%
Sim	361	93,04%
Não	18	4,64%
Não responderam	9	2,32%
Total	388	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Foi investigado se os respondentes consideram seu respectivo salário como fator determinante em suas despesas. 93,04% afirmaram que, ao fazer gastos, utilizam o salário como referencial. Apenas 4,64% alegaram que não o utilizam como fator em seus gastos. Conforme diz Claudino *et al.*, (2009), para ter o equilíbrio das finanças é muito importante ter em vista o quanto se ganha e quanto se gasta. A seguir, tem-se a Tabela 14.

Tabela 14 – Educação financeira

Ao ter um aumento, o que faria em um primeiro momento?	QTD	%
Compraria um bem material desejado há um tempo	34	8,8%
Deixaria o dinheiro guardado	80	20,6%
Realizaria algum investimento	130	33,5%
Quitaria as dívidas possíveis	139	35,8%
Outros	5	1,3%
Total	388	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Quanto aos dados obtidos na Tabela 14, foi objetivo do questionário saber o que os servidores fariam em um primeiro momento, caso recebessem um aumento em seus vencimentos. Nota-se um perfil conservador por parte dos servidores, tendo em vista que 35,8%

iriam quitar as dívidas. Em contrapartida, 33,5% alegaram que, ao receber uma remuneração a mais, fariam algum tipo de investimento.

A seguir, tem-se a Tabela 15, que teve por fim, descobrir se os servidores fazem algum controle de gastos.

Tabela 15 – Controle de gastos

Controle de gastos	QTD	%
Sim	333	85,83%
Não	55	14,17%
Total	388	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

A Tabela 15 demonstra que os respondentes, em sua maioria, fazem algum tipo de controle de gastos: 85,82% das pessoas afirmaram que utilizam uma ferramenta para acompanhar seus gastos no decorrer do mês; apenas 14,17% não optam por controlar seus gastos. Para Cavalcante *et al.*, (2014) a maioria dos servidores evita que o orçamento se descontrole, visto que saberá quais são as despesas e seus respectivos valores, evitando que a receita seja superada pelas despesas.

Em seu estudo feito com servidores do município de Quixadá, no Ceará, Cavalcante *et al.*, (2014), constata que uma pequena parte dos servidores não faz controle dos gastos. O autor também reafirma que apenas o conhecimento sobre educação financeira salvará os servidores do endividamento não sustentável.

Foi posta em análise a relação entre controle de gastos e o gênero dos respondentes.

Tabela 16 - Controle de Gastos x Gênero

VARIÁVEIS	Gênero				
	Feminino		Masculino		
	QTD	%	QTD	%	
CONTROLE DE GASTOS	Não	31	13,90%	24	14,55%
	Sim	192	86,10%	141	85,45%
	Total	223	100,00%	165	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Conforme a Tabela 16, o controle de gastos é amplamente utilizado tanto por pessoas do gênero masculino, quanto feminino, apresentando pouca variação nos dados obtidos.

A seguir, a Tabela 17 teve o propósito de evidenciar em qual nível de educação financeira os servidores públicos acreditam estar atualmente e, com isso, obteve os seguintes resultados.

Tabela 17 – Nível de educação financeira

Nível de educação financeira	QTD	%
Alto	87	22,4%
Médio	239	61,6%
Baixo	62	16,0%
Total	388	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Foi perguntando também como os respondentes consideram seu nível de educação financeira: 61,6% das pessoas afirmaram que consideram médio o seu nível de educação financeira. Enquanto isso, 22,4% consideram seu nível de educação alto.

A partir dos dados colhidos quanto ao controle de gastos e o nível de educação financeira dos respondentes, foi elaborada a Tabela 18 abaixo:

Tabela 18 – Nível de educação financeira x controle de gastos

VARIÁVEIS	NIVEL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA						
	Alto		Médio		Baixo		
	QTD	%	QTD	%	QTD	%	
CONTROLE DE GASTOS	Não	4	4,59%	26	10,87%	25	40,32%
	Sim	83	95,41%	213	89,13%	37	59,68%
	Total	87	100%	239	100%	62	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Ao fazer uma análise entre o nível de educação financeira e o controle de gastos, a Tabela 18 indica que os servidores que afirmam deter um nível de educação financeira alto e médio são os que mais se preocupam em fazer o controle de gastos. Quanto maior o nível financeiro, maior a incidência dessa prática de controle. Com 95,41% e 89,13%, respectivamente. O planejamento financeiro é um dos motivos para ter uma gestão de qualidade das finanças (CAVALCANTE *et al.*, 2014). A seguir, tem-se a Tabela 19, continuando a análise sobre a educação financeira por parte dos servidores.

Tabela 19 – Busca sobre educação financeira

Meios de buscas de informações	QTD	%
<i>Internet</i>	199	37,20%
Livros	55	10,28%
Família e amigos	81	15,14%
Jornais	62	11,59%
Cursos presenciais	9	1,71%
Não pesquiso sobre	129	24,11%
Total	535	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Foi perguntado em quais meios de informação os servidores buscam aprender sobre finanças. 37,20% dos respondentes buscam aprender por meio da *internet*, enquanto 24,11% dos respondentes afirmam não pesquisar sobre assuntos relacionados à educação financeira. Ao buscar sobre educação financeira, é promovida uma contribuição para que haja um consumo ordenado e consciente, ajudando no endividamento (PINHEIRO, 2008).

Além de perguntar se os respondentes buscam aprender e por quais meios, foi também perguntado com qual frequência leem a respeito do tema. Conforme se vê na Tabela 20:

Tabela 20 – Frequência de leitura sobre educação financeira

Frequência	QTD	%
Diariamente	19	4,92%
Semanalmente	38	9,84%
Mensalmente	63	16,32%
Raramente	183	47,41%
Nunca	83	21,50%
Total	386	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Nota-se uma baixa frequência de leitura sobre o tema por parte dos servidores. Quase metade, mais precisamente 47,41% dos respondentes, afirmou que leem sobre o tema raramente. Enquanto 21,50% afirmaram que nunca leem acerca do tema. Tratam-se de dados que merecem atenção: a não busca pelo tema e a baixa frequência de leitura acerca do assunto. Conforme Sales (2018), a educação financeira é um caminho pelo qual acumula-se sabedoria para tentar administrar melhor nossas decisões.

Foi feito um cruzamento entre a frequência de leitura sobre educação financeira e o nível desta educação, conforme Tabela 21.

Tabela 21 - Frequência de leitura x Nível de educação financeira

VARIÁVEIS	NÍVEL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA					
	Alto		Médio		Baixo	
	QTD	%	QTD	%	QTD	%
Diariamente	8	9,20%	11	4,64%	0	0,00%
Semanalmente	15	17,24%	23	9,70%	0	0,00%
Mensalmente	17	19,54%	41	17,30%	5	8,06%
Raramente	31	35,63%	120	50,63%	32	51,61%
Nunca	16	18,39%	42	17,72%	25	40,32%
Total	87	100,00%	237	100,00%	62	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Percebe-se que, conforme a Tabela 21, mesmo entre os respondentes que afirmaram possuir um nível de educação financeira alto ou médio, há uma baixa frequência de leitura a respeito do assunto. Entretanto, nota-se que, quanto maior o nível de educação financeira considerado pelos respondentes, maior é a frequência de leitura. Sendo a internet considerada o principal meio pelo qual os servidores pesquisam a respeito do tema.

Foi perguntando também aos servidores qual seria a finalidade da ação de poupar. Conforme Tabela 22, tem-se os seguintes resultados.

Tabela 22– Finalidade em poupar

Poupa com qual finalidade?	QTD	%
Necessidade médica/familiar	192	28,53%
Aposentadoria	116	17,24%
Adquirir bens de valor agregado	168	24,96%
Poupar para meus filhos	117	17,38%
Falta de interesse em gastos	14	2,08%
Penso em empreender	43	6,39%
Não consigo poupar	23	3,42%
Total	673	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Para Cavalcante *et al.*, (2014) o hábito de fazer reservas, ou seja, poupar, se trata de um ponto bastante importante, podendo, com isso, serem evitados gastos desnecessários com eventual escassez de recursos em determinada situação em que se apresenta na vida das pessoas. Em análise à Tabela 22, observou-se que 28,53% poupam para se salvaguardar de eventuais necessidades médico-familiares. Os gastos com saúde, muitas vezes, ocorrem de forma inesperada e com alto custo (CLAUDINO *et al.*, 2009). Em segundo lugar, com 24,96%, afirmaram economizar parte dos seus rendimentos com o fim de adquirir bens de valor

agregado. Logo em seguida, aparecem reservas que são feitas para eventuais gastos com filhos e pensando na sua própria aposentadoria.

A seguir, na Tabela 23, os servidores responderam em quais itens aplicam os recursos que conseguem poupar.

Tabela 23 – Aplicação de recursos

Você investe os recursos que consegue poupar?	QTD	%
Renda Fixa	212	54,6%
Renda Variável	17	4,4%
Aquisição de bens Imóveis	25	6,4%
Não aplico meu dinheiro	96	24,7%
Outros	15	3,9%
Não poupo	23	5,9%
Total	388	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Consoante à Tabela 23, foi perguntado em quais investimentos os entrevistados aplicam seus recursos. Mais da metade, 54,6%, aponta investir seus recursos em renda fixa, mostrando um perfil mais conservador na aplicação destes. Percebeu-se também que 24,7% afirmaram não aplicar seus recursos. As ações de poupar e administrar os recursos de forma equilibrada constituem alguns dos requisitos para manter uma boa saúde financeira (PLAGNOL, 2011).

Na tabela abaixo, foi feito um comparativo em relação aos investimentos disponíveis no mercado e o nível de educação financeira:

Tabela 24: Nível de educação financeira x aplicação dos recursos

VARIÁVEIS	NÍVEL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA					
	Alto		Médio		Baixo	
OPÇÕES DE APLICAÇÃO	QTD	%	QTD	%	QTD	%
Renda Fixa	48	55,17%	138	57,74%	26	41,94%
Renda Variável	14	16,09%	3	1,26%	0	0,00%
Bens imóveis	12	13,79%	13	5,44%	0	0,00%
Não aplico	8	9,20%	65	27,20%	23	37,10%
Outros	3	3,45%	8	3,35%	4	6,45%
Não poupo	2	2,30%	12	5,02%	9	14,52%
Total	87	100,00%	239	100,00%	62	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Foi observada uma tendência dos servidores em investir em renda fixa, adotando um perfil mais conservador. Segundo a Tabela 24, percebeu-se um domínio da renda fixa como opção de investimento dos servidores independentemente do seu nível de educação. Dentre os servidores que aplicam seus recursos em renda variável, a maioria está situada em um alto nível de conhecimento. Isso pode ser atribuído à confiança e ao conhecimento adquirido para obter maiores retornos.

Tem-se, então, a conclusão que os respondentes tendem a ter um perfil conservador no que concerne à aplicação dos seus recursos. A aplicação de recursos, independentemente do nível de educação financeira, ocorreu pelo ato de poupar, que se trata de adiar os gastos atuais para usufruir com um consumo maior no futuro (HALFELD, 2001).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou as características do endividamento dos servidores públicos da Universidade Federal da Paraíba.

Quanto ao perfil socioeconômico da amostra, em sua maioria, é formado por pessoas do gênero masculino, casadas, com vencimentos acima de R\$ 6.000,00 reais e ensino superior completo com pós-graduação. Quanto ao número de filhos, quase metade dos respondentes afirma não possuir filho. Concluiu-se que não houve neste bloco, pois os dados estão bem distribuídos entre os temas: idade e número de residentes.

Nas questões sobre endividamento, concluiu-se que há uma boa saúde financeira dos servidores, mas que requer algumas observações. A maioria dos servidores não possuem dívidas em atraso. No entanto, 22,68% afirmaram ter contas em atraso, não conseguindo, assim, liquidar os débitos, ocorrendo mais entre os entrevistados que possuem apenas nível médio de escolaridade.

A principal alegação para a ocorrência do atraso se deve à falta de planejamento financeiro. O cartão de crédito se configurou como principal tipo de dívida pelos servidores, sendo ele mais levemente mais utilizados pelos respondentes do gênero feminino.

Sobre o uso do cartão de crédito, 70,36% afirmaram nunca ter parcelado a sua fatura, demonstrando que a maioria consegue controlar esse tipo de pagamento, com o adendo de que a maioria não o considera uma complementação da sua renda. Ainda em relação ao nível de endividamento, a pesquisa mostrou que os servidores estão em boa saúde financeira, visto que apenas 8% afirmaram estar muito endividados. A maioria dos respondentes afirmou que suas obrigações detêm um prazo máximo de dois anos, sendo este um prazo considerado razoável para planejamento, apresentando pouca variação em relação à renda mensal bruta dos servidores.

Por fim, nas questões sobre educação financeira, 93,04% afirmaram utilizar o salário como fator determinante em suas despesas. A maioria afirmou fazer o controle de gastos, tendo assim, uma melhor gerência dos recursos. Apenas 16% admitiram possuir um nível baixo de educação financeira. Entretanto, 24,57% dos respondentes admitiram não pesquisar sobre o referido assunto e 47,41% responderam que raramente leem sobre educação financeira.

A busca por conhecimento sobre educação financeira é mais frequente entre as pessoas que afirmam possuir um maior nível deste tipo de educação. Em todos os níveis de educação

financeira, os servidores optam, em sua maioria, por investimentos de renda fixa, demonstrando serem conservadores nas suas aplicações.

Quanto fatos que podem ser atribuídos como limitantes no estudo, está no sentido da amostra ter sido feita de modo que não houve uso de métodos probabilísticos, assim como a utilização de um maior número de servidores para fazer parte da amostra que foi objeto de estudo. Outra limitação no estudo referente à impossibilidade de distinguir servidores técnicos-administrativo de professores.

Para posteriores pesquisas, a sugestão é de que haja um maior número de participantes na amostra, além da inclusão de mais variáveis para que se possa averiguar questões sobre finanças pessoais, endividamento e educação financeira.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, B. G.; PAULI, M. **Finanças pessoais para adolescentes: treinamento e desenvolvimento na prática.** Trabalho de conclusão do curso (Bacharelado em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

AMADEU, J. R. **A educação financeira e sua influência nas decisões de consumo e investimento:** proposta de inserção da disciplina na matriz curricular. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, 2009.

ANDRADE, J. P. de; LUCENA, W. G. L. A Influência da Educação Financeira e os Fatores Emocionais: Um Estudo com Alunos de Contabilidade e Engenharia. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, UNIR, v. 6, n. 3, p. 48-67, set./dez. 2014.

ARAÚJO, F. A. L.; SOUZA, M. A. P. Educação Financeira para um Brasil Sustentável Evidências da necessidade de atuação do Banco Central do Brasil em educação financeira para o cumprimento de sua missão. **Banco Central do Brasil: Trabalhos para Discussão**, Brasília, n. 280, p. 1-52, jun. 2012.

BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Série cidadania financeira:** Estudos sobre educação, proteção e inclusão. 5. ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2017.

BARBOSA, G. S. **Educação financeira escolar: planejamento financeiro.** 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/2208> . Acesso em: 25 nov 2019.

BERTAUT, C. C.; HALIASSOS, M. Credit cards: facts and theories. **In: Social Science Research Network**, 2005. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=931179 . Acesso em: 06 jan. 2020.

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CARRARO, W. B. W. H.; MEROLA, A. Percepções adquiridas numa capacitação em Educação Financeira para adultos. **Revista Gestão & Planejamento-G&P**, Salvador, Unifacs, v. 19, p. 414-435, jan./dez. 2018.

CAVALCANTE, B. A.; MELO, L. M. L.; ALMEIDA, F. V. H. A importância da educação financeira na tomada de decisão: um estudo com servidores do centro administrativo e financeiro (CAF) do município de Quixadá-CE. **Revista expressão católica**, FCRS, Quixadá, v.3, n.1, jan./jun., 2014.

CNC – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **Análise Peic (Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor)** – novembro 2019. Disponível em:

<http://www.cnc.org.br/editorias/economia/pesquisas/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-2>. Acesso em: 04 jan. 2020.

CNC – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **Gráficos Peic (Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor)** – novembro 2019. Disponível em:

<http://www.cnc.org.br/editorias/economia/pesquisas/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-2>. Acesso em: 05 jan. 2020.

CNC – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). **Série Histórica Peic (Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor)** Disponível em: <http://www.cnc.org.br/editorias/economia/pesquisas/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-2>. Acesso em: 20 Dez 2019.

CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS E INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 5º, 2014, Florianópolis, **Anais [...]**, Florianópolis: UFSC-Universidade Federal de Santa Catarina, 2014, 16 p. Tema: Planejamento financeiro: uma análise do perfil de servidores públicos lotados na Polícia Militar de Minas Gerais.

DONADIO, R. **Educação Financeira de estudantes universitários: uma análise dos fatores de influência**. Tese (Doutorado em educação) – UNINOVE, 2014. Disponível em: <http://repositorio.uninove.br/xmlui/handle/123456789/685>. Acesso em: 05 fev. 2020.

DOMINGOS, R. **Sabedoria financeira: o milagre da multiplicação de seus recursos**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2013.

FERREIRA, R. **Como planejar, organizar e controlar seu dinheiro: manual de finanças pessoais**. São Paulo: IOB Thompson, 2006.

FLORES, S. A. M.; VIEIRA, K. M.; CORONEL, D. A. Influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento. **Revista de Administração FACES Journal**, Belo Horizonte, FUMEC, v. 12, n. 2, abr./jun., 2013.

FRANKENBERG, L. **Guia prático para cuidar do seu orçamento: viva melhor sem dívidas**. Campus, 1999.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRÄF, C. O.; GRÄF, M. Planejamento financeiro: fugindo das dívidas. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, UNINCOR, v. 11, n. 2, p. 183-191, ago./dez. 2013.

HALFELD, Mauro. **Investimentos: como administrar melhor seu dinheiro**. São Paulo: Fundamentos, 2001.

SEMINÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICA NO PARANÁ: escola do governo e universidades estaduais, 2008, Curitiba PR, **Anais [...]**, Curitiba PR, 15 p., Tema: O planejamento financeiro como instrumento de qualidade de vida.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PIB cresce 1,1% e fecha 2019 em R\$ 7,3 trilhões.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27007-pib-cresce-1-1-e-fecha-2019-em-r-7-3-trilhoes>. Acesso em 09 mar. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PIB cresce 1,1% em 2018 e fecha o ano em R\$ 6,8 trilhões.** 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23886-pib-cresce-1-1-em-2018-e-fecha-ano-em-r-6-8-trilhoes>. Acesso em 25 fev 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Resultados do Produto Interno Bruto.** 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em 01 dez 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema de Contas Nacionais Trimestrais – SCNT. Séries históricas.** 2019. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib#evolucao-taxa. Acesso em: 04 jan. 2020.

LUSARDI, A.; TUFANO, P. **Teach workers about the perils of debt.** Cambridge: Harvard Business Review, Nov. 1, 2009. p. 20. Disponível em: <https://hbr.org/2009/11/teach-workers-about-the-perils-of-debt>. Acesso em: 01 dez 2019.

OECD – OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES. **Endividamento e sobre endividamento das famílias: conceitos e estatísticas para sua avaliação.** Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Fev/2002. Disponível em: http://oec.ces.uc.pt/biblioteca/pdf/pdf_estudos_realizados/estudo_parte2%20cap_1.pdf. Acesso em 20 dez. 2019.

OLIVEIRA, K. **Especialistas recomendam cautela no uso de cheque especial e cartão de crédito.** 2011. Disponível em: <http://www.tudorondonia.com/noticias/especialistas-recomendam-cautela-no-uso-de-cheque-especial-e-cartao-de-credito-,23287.shtml>. Acesso em 12 jan 2020.

OCDE – Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico. **Recommendation on principles and good practices for financial education and Awareness.** 2005. Disponível em: <http://www.oecd.org/daf/fin/financialeducation/35108560.pdf>. Acesso em: 29 dez 2019.

PEREIRA, M. A.; VIDAL, T. L.; AMORIM, T. N.; FÁVERO, L. P. L. Decision process based on personal finance books: is there any direction to take?. **Revista de Economia e Administração**, v. 9, n. 3, p. 407-425, 2010.

PINHEIRO, R. P. **Educação financeira e previdenciária: a nova fronteira dos fundos de pensão.** São Paulo: Peixoto Neto, 2008.

PLAGNOL, A. C.. Financial satisfaction over the life course: the influence of assets and liabilities. **Journal of Economic Psychology**, v. 32, n. 1, p. 45-64, 2011.

PORTO, A. J. M. **Over-Indebtedness in Brazil: Do We Need More Regulation?**. 2012. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2126713. Acesso em: 10 jan. 2020.

POTRICH, A., VIEIRA, K., CAMPARA, J., FRAGA, L., SANTOS, L.. Educação Financeira dos Gaúchos: Proposição de uma Medida e Relação com as Variáveis Socioeconômicas e Demográficas. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, UFRJ, v. 9, n. 3, set./dez., 2014.

RASCHEN, S. R. **Investigação sobre as contribuições da matemática para o desenvolvimento da educação financeira na escola**. 2016. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/151357>. Acesso em 05 de ago de 2019.

SANTOS, E. S. **Educação Financeira: Um estudo sobre o nível de endividamento dos guardas civis municipais de João Pessoa**. 2018. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) - Universidade Federal da Paraíba. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/12350>. Acesso em: 15 fev. 2020.

SANTOS, J. O. dos. **Finanças pessoais para todas as idades: um guia prático**. São Paulo: Atlas, 2014.

SAVÓIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. **Paradigmas da educação financeira no Brasil**. Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p. 1.121-1.141, nov./dez. 2007. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6620>. Acesso em 01 dez. 2019.

SEMINÁRIO EM ADMINISTRAÇÃO – SEMEAD, XII, 2009, São Paulo, **Anais [...]**, São Paulo: Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária - FEA-USP, 2009, 17 p., Tema: Finanças Pessoais: um estudo de caso com servidores públicos.

SIMPOSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, IX, 2012, Rio de Janeiro, **Anais [...]**, São Paulo, Associação Educacional Dom Bosco, 2012, 13 p., Tema: A importância da educação financeira nos contextos acadêmicos e profissional: um levantamento de dados com alunos universitários.

SERASA EXPERIAN. **Inadimplência atinge 63 milhões de consumidores em março e bate recorde histórico**. 2019. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/inadimplencia-atinge-63-milhoes-de-consumidores-em-marco-e-bate-recorde-historico-revela-serasa-experian>. Acesso em 05 dez. 2019.

SILVA, J. G.; SILVA NETO, O. S.; ARAÚJO, R. C. C. Educação Financeira de Servidores Públicos: Hábitos de Consumo, Investimento e Percepção de Risco. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 5, n. 2, p. 104-120, mai./ago., 2016.

SILVA, R. da.; TEXEIRA, A.; BEIRUTH, A. X. Finanças pessoais e educação financeira: o perfil dos servidores públicos de um município do centro-oeste brasileiro. **Revista Unemat de contabilidade**, Tangará da Serra, UNEMAT, v.5, n.10, p. 113-136, jul./dez., 2016.

SILVA, S. B. C. N. **Alfabetização econômica, hábitos de consumo e atitudes em direção ao endividamento de estudantes de pedagogia**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/251759>. Acesso em: 12 nov 2019.

SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO E DO 1º ENCONTRO CIENTÍFICO DE EDUCAÇÃO DA UNISALESIANO, 1, 2007, Lins/São Paulo, **Anais [...]** Lins: Unisaesiano, 2007. 10 p., Tema: Endividamento: Um estudo preliminar dos fatores contribuintes.

SOUZA, M. A. P. **O Uso do Crédito Pelo Consumidor: Percepções Multifacetadas de um Fenômeno Intertemporal**. Universidade de Brasília –Instituto de Psicologia, 2013; Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13255/1/2013_MarcosAguerriPimentadeSouza.pdf. Acesso em 16 dez 2019.

TEIXEIRA, R. V. G.; SONCIN, J. M. O endividamento do consumidor brasileiro e a ofensa ao princípio da dignidade humana. **Revista de Estudos Jurídicos**, v. 1, n. 25, 2016. Disponível em: <http://www.actiorevista.com.br/index.php/actiorevista/article/view/21>. Acesso em: 01 dez. 2019.

VIEIRA, K. M.; KUNKEL, F. R.; PARABONI, A. L. Propensão à Dívida no Cartão de Crédito: Quais São os Aspectos Determinantes? **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 9, n. 3, p. 102-120, 2015.

VIEIRA, K., PARABONI, A., CAMPARA, J., POTRICH, C., KUNKEL, F. O uso do cartão de crédito por universitários: análise do perfil, da compra compulsiva e do conhecimento financeiro. **ESTUDO & DEBATE**, Lajeado, UNIVATES, v.21, n.2, p. 100–122. 2014.

VIEIRA, K. M.; FRAGA, L. D. S.; VALCANOVER, V. M.; CATTELAN, V. D.; FLORES, S. A. M.; CAMPARA, J. P. De onde vem o bem-estar financeiro? : Análise dos fatores comportamentais, do Gerenciamento financeiro e da renda. **Teoria e Prática em Administração**, Lajeado, UNIVATES, v.21, n. 2, p. 136-171, 2016.

ZERRENNER, S. A. **Estudo Sobre as razões para o endividamento da população de baixa renda**. Dissertação de Mestrado em Administração. Universidade de São Paulo, 2007. Disponível: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-13112007-120236/pt-br.php>. Acesso em 12 dez. 2019.

APÊNDICE – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Este questionário tem por objetivo identificar e analisar o nível de endividamento dos servidores, bem como a influência de fatores na propensão ao endividamento dos servidores da Universidade Federal da Paraíba, bem como identificar o nível de educação financeira. Este trabalho será utilizado para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Ciências Contábeis. O sigilo será absoluto. Os dados serão tratados de forma agregada e utilizados exclusivamente para fins acadêmicos.

Nº tabulação: _____

Data: ___/___/___

• **Parte 1: Perfil Socioeconômico e Demográfico**

01. Qual seu gênero? Feminino Masculino

02. Idade:

18-23 anos 24-29 anos 30-35 anos 36-41 anos 42-47 anos
 48-53 anos 54-59 anos 60-65 anos Mais de 65 anos

03. Possui filhos? Sim. Quantos? _____ Não

04. Qual o seu estado civil?

Solteiro(a) Casado(a) Divorciado (a) Viúvo(a) Outro:

05. Qual a sua renda mensal bruta?

- Entre 1 e 3 salários mínimos (R\$ 998,01 a R\$ 2.994,00)
 Acima de 3 até 6 salários mínimos (R\$ 2.994,01 a R\$ 5.998,00)
 Acima de 6 até 10 salários mínimos (R\$ 5.998,01 a R\$ 9.998,00)
 Acima de 10 salários mínimos (Mais de R\$ 9.998,01)

06. Qual o seu grau de escolaridade?

- Ensino fundamental completo Ensino médio completo Ensino superior completo Ensino pós-graduação completa em *Stricto sensu* (Ex.: Mestrado, Doutorado...) Ensino pós-graduação completa em *Lato Sensu* (Ex.: Especializações e MBA's...)
-

07. Com relação à raça, como você se considera?

- Branco (a) Pardo (a) Preto (a) Amarelo (a) ou Oriental Indígena Outro:
- _____
-

08. Quantas pessoas residem com você?

- Moro sozinho (a) 1 pessoa 2 pessoas 3 pessoas 4 pessoas 5 pessoas Mais de 5 pessoas Não responderam
-

• Parte 2: Nível de endividamento

- 09. Você possui dívidas em atraso?**
-
- Sim
-
- Não

Caso sim. Responda à pergunta seguinte. Caso não, passe à pergunta 11.

10. Qual a principal razão para a ocorrência de atraso?

- Falta de planejamento Queda da renda Atraso de salário Alta propensão ao consumo Altas taxas de juros Problemas de saúde Acesso fácil ao crédito Baixas taxas de juros Outros _____ Não responderam
-

11. Qual o principal tipo de dívida/ financiamento?

- Cartão de Crédito Cheque especial Empréstimo pessoal Crédito consignado Financiamento de bem móvel (carro, moto etc.) Financiamento de bem imóvel (casa, terreno) Outras dívidas Não responderam
-

12. Qual a porcentagem do uso de cartão de crédito nos seus gastos?

- Não possuo cartão de crédito Menos de 5% De 5 a 20% De 21 a 40% De 41 a 60% De 61 a 80% Mais de 80% Não respondeu
-

13. Você já utilizou a forma de parcelamento da fatura de seu cartão de crédito? Sim

- Não Não respondeu
-

14. Ao fazer uma compra parcelada, você conta com dinheiro que ainda não possui?

- Sim Não
-

15. Você considera o cartão de crédito uma renda extra?

- Sim Não Não responderam
-

16. Você usa o cheque especial com qual frequência?

- Semanalmente Mensalmente Trimestralmente Semestralmente
Raramente Nunca
-

17. Você detém alguma obrigação a pagar de longo prazo?

- Sim. Obrigação com prazo de até 6 meses
 Sim. Obrigação com prazo entre 6 e 12 meses
 Sim. Obrigação com prazo entre 13 e 24 meses
 Sim. Obrigação com prazo entre 25 e 48 meses
 Sim. Obrigação com prazo de mais de 48 meses
 Não tenho dívida a longo prazo
-

18. Quanto ao seu nível de endividamento, você se considera:

- Muito endividado Pouco endividado Mais ou menos endividado
 Não tenho dívidas Não sei responder
-

19. Quanto à quitação das obrigações:

- Eu consigo pagar minhas obrigações com meu salário
 Às vezes recorro a empréstimos para conseguir pagar minhas obrigações
 Às vezes recorro aos meus familiares/ amigos para quitar minhas obrigações
 Prefiro não responder
 Outro
-

• Parte 3: Educação financeira**20. Seu salário é fator determinante nas suas despesas?**

- Sim Não
-

21. Suponha que sua renda tenha um aumento. O que você faria em um primeiro momento?

- Compraria o bem material que desejava há um tempo
 Deixaria o dinheiro guardado
 Realizaria algum investimento
 Quitaria as dívidas possíveis
-

22. Você faz algum tipo de controle de seus gastos?

- Sim Não
-

23. Como você considera seu nível de educação financeira?

- Alto Médio Baixo
-

24. Em quais meios de informação você busca aprender sobre educação financeira?

- Internet, TV, radio Livros Família e amigos
 Jornais, revistas Cursos presenciais Não pesquiso sobre o tema
-

25. Com qual frequência você lê sobre educação financeira?

- Diariamente Semanalmente Mensalmente
 Raramente Não leio sobre
-

26. Você poupa com qual finalidade?

- Penso em economizar para uma eventual necessidade médica/ familiar
 Penso na minha aposentadoria
 Penso em viajar
 Penso em adquirir bens de alto valor agregado (Ex.: carro, apartamento, moto, casa...)
 Penso em poupar para meus filhos
 Falta de interesse em gastos
 Penso em empreender
 Não consigo poupar
-

27. Você aplica os recursos que consegue poupar em algum investimento?

- Aplico no mercado de renda fixa (Ex.: Poupança, LCI, CDB...)
 Aplico no mercado de renda variável (Títulos de empresa listada na B3)
 Aplico em aquisição de bens imóveis
 Não aplico meu dinheiro
 Outros: _____
 Não poupo
-
-

Muito obrigado por sua participação.